

O Mito da Biblioteca Universal

JOSÉ AFONSO FURTADO

R E S U M O

Nos últimos anos tem-se assistido a uma crescente ênfase na ideia de uma biblioteca virtual universal e na possibilidade da sua realização eminente em virtude do desenvolvimento das novas tecnologias digitais e da consolidação da infra-estrutura global de informação. As referências eufóricas à biblioteca universal *online* (que por vezes se crê ser a própria Internet) ou às bibliotecas digitais são recorrentes, parecendo irreversível o caminho para o acesso instantâneo e ubíquo à totalidade da informação. Contudo, os supostos atributos de uma biblioteca ideal não são nem recentes nem resultam de um novo ambiente tecnológico, pois são um sonho partilhado por todas as culturas dependentes da palavra escrita.

A B S T R A C T

In recent years we have witnessed a growing emphasis on the idea of a universal virtual library and on the possibility of its imminent realization through the development of new digital technologies and the consolidation of the global information infrastructure. Euphoric references to a universal online library (in some cases taken to be the Internet itself), or to digital libraries, are recurrent; the path to instant and ubiquitous access to the totality of information appears irreversible. However, the supposed attributes of an ideal library are neither recent nor the result of a new technological environment, but are a dream shared by all cultures that depend on the written word.

PALAVRAS-CHAVE

CONCEITO DE BIBLIOTECA

BIBLIOTECA UNIVERSAL

BIBLIOTECA DIGITAL

INTRODUÇÃO

Nunca, como nos anos mais recentes, se discorreu tanto sobre o conceito de biblioteca e se cruzaram tantos argumentos sobre a sua natureza e formas de realização, entre a visão eufórica da biblioteca virtual universal e a ideia de biblioteca ligada a realidades locais e institucionais (que muitos consideram anacrónica). Para isso, não terá deixado de contribuir a disseminação das tecnologias da informação, a crescente transição de dados analógicos para dados digitais e, portanto, o aumento exponencial do nosso espaço digital. Há cada vez mais informação disponível sob forma electrónica, e os seus recursos transformam-se em recursos de informação *em rede*, no sentido em que, de um ou de outro modo, vêm a encontrar-se disponíveis na Internet. Essa dimensão tecnológica caracteriza-se agora por uma expansão sem precedentes, o que, não deixando de influenciar alguns dos atributos da biblioteca, pode permitir que dela se transmita uma visão superficial, utópica e descarnada, de que a expressão “*Click – whatever you want is there*” é bem ilustrativa. A vulgarização e a mediatização da ideia de biblioteca universal em linha, a que a expansão da Web conferiu renovada ênfase, sendo naturalmente assumida pelos tecnófilos, é, por vezes, estranhamente aceite por pensadores tão inesperados como George Steiner, que chega a considerar a Internet como a “library of libraries” e a prever a “realização do sonho leibniziano de uma *Bibliotheca Universalis*” graças à disponibilização “da totalidade do registo da memória e do conhecimento humanos no terminal de um computador”.

Contudo, se as características principais desta visão consistem numa vasta colecção de informação, idealmente universal, e no acesso instantâneo a essa informação independentemente da sua localização física, então, como salienta James O'Donnell, historicamente todas as culturas dependentes da palavra escrita partilharam a fantasia de uma “biblioteca virtual”.

“LEI ESCRITA”, LIVRO E BIBLIOTECA

A ideia de uma acumulação de todo o saber é a tal ponto um mito primordial que, segundo algumas concepções, seria anterior à própria criação do mundo e, naturalmente, ao aparecimento do livro. Para a tradição Hindu, os Vedas seriam a soma de todo o conhecimento e verdades eternas, espirituais e nunca escritos, sem origem nem fim, vibrações no espaço reveladas pelo sopro do Senhor. Esta dimensão da oralidade na transmissão dos ditames de uma religião, também se encontra parcialmente no judaísmo rabínico, em que os livros

do *Tanakh* eram inseparáveis de uma tradição oral passada de geração para geração. A Lei Judaica tem assim por base a “Lei Escrita” e a “Lei Oral”, “Lei Oral” a que, inicialmente, não era permitido dar forma escrita. As doutrinas monoteístas representam uma alteração decisiva, pois a Revelação, em que Deus dá a conhecer a sua vontade à humanidade através de um mensageiro ou profeta, é suplementada por uma intervenção directa da própria divindade. O exemplo por excelência dessa inscrição primeira é o episódio das “Tábuas da Lei”: “E o Senhor deu a Moisés, (...) as duas tábuas do testemunho, tábuas de pedra, escritas pelo dedo de Deus.” (*Êxodo* 31.18). Apesar disso, como refere Michel Melot, tanto para os cristãos como para os muçulmanos, a escrita nunca é entendida como completamente apta para recolher a palavra divina: se São João afirma que “se tudo isto fosse escrito, mesmo o Universo não poderia conter todos os livros escritos”, também na “Surata da Caverna” se pode ler que “se o oceano se transformasse em tinta, com que se escrevessem as palavras de meu Senhor, esgotar-se-ia antes de se esgotarem as Suas palavras...”. Daí que Maurice Sachot questione a designação de “Religiões do Livro” e no caso das religiões cujos fundamentos se encontram antes de mais no Verbo, no sopro, e em que a escrita mais não é do que o seu traço terreno. E, de facto, talvez apenas no Budismo o culto dos livros sagrados tenha substituído o culto das relíquias (os Stupas, monumentos que assinalam os traços da presença do próprio Buda).

De todo o modo, como assinala Steiner, as implicações metafóricas do ícone hebreu-helénico do “Livro da Vida”, do “Livro da Revelação”, da identificação da divindade com o *Logos*, são milenárias e não têm limites. A ideia de livro, de origem greco-judaica, encontra a sua raiz e fundamento no Livro de Deus, a Bíblia, e no seu corolário, “O Livro da Natureza”, pressupondo ambos a ideia de um Autor que, exterior à linguagem, garante o seu sentido “verdadeiro”. A isso não é alheio, naturalmente, a fixação e difusão do sistema alfabético, pois, ligando a escrita e a Palavra Divina, favorece o despertar de um Deus invisível só conhecido pelo Seu Verbo. A escrita adere assim ao seu suporte, muito embora o cristianismo não venha a prestar culto nem a uma nem a outro, desvanecendo-se progressivamente qualquer traço dessa sacralização material; ou seja, acrescenta Melot, o que os cristãos inauguraram foi “a dessacralização da Santa Escritura na sua forma material”. Uma das consequências desta mutação vai ser, paradoxalmente, a recuperação das virtudes do livro sagrado pelos poderes laicos, que irão conservar a autoridade que essa sacralização tinha conferido à escrita e, por isso, ao seu suporte.

No momento em que se confiou a memória à escrita, livros e bibliotecas tornam-se o instrumento privilegiado de registo, conservação e transmissão do saber, da cultura e da história e, ao mesmo tempo, a nossa civilização torna-se “civilização do livro”, livro como objecto e símbolo, como alegoria e metáfora, escreve Steiner, concebido como totalidade, como modelo completo e uno para a nossa compreensão do mundo. A Biblioteca, realidade derivada do livro, vai ficar-lhe indissolivelmente ligada e, ao longo da sua história, as mutações morfológicas do livro irão influenciar sempre o estatuto e as funções da biblioteca e as práticas que nela se desenvolvem.

Desde a Mesopotâmia que são conhecidas colecções de documentos em tabuinhas de argila, como as de *Ugarit* ou, sobretudo, as da *girginakku* de Assurbanípal em Nínive, constituída essencialmente pelos registos não-publicados das actividades do palácio, o que podia incluir, por força das responsabilidades do Rei nos ritos religiosos, obras de mitologia, de astronomia, invocações, léxicos do sumério, contos populares ou os fragmentos que nos desvendaram o *Cantar Épico de Gilgamesh*. Mas os factores críticos para o desenvolvimento da biblioteca no helenismo foram, segundo Lionel Casson, a adopção do alfabeto e o uso do rolo de papiro, a forma de livro mais difundida nessa época em que começam a existir quantidades já significativas de textos escritos. E se a sua etimologia tem origem no grego *biblion*, então a biblioteca nasce e ganha nome em Alexandria.

ALEXANDRIA E A VERTIGEM DO SABER UNIVERSAL

Alexandria, *Library of Dreams*, como lhe chama Roger Bagnall, não no sentido de questionar a sua existência mas de chamar a atenção para o carácter da disparidade insuportável entre a sua importância e imagem históricas e o facto de quase nada dela termos por certo. Ignorância que se deve muito à nossa fonte principal, Estrabão, singularmente lacónico quer sobre os livros e sua organização, quer sobre o incêndio da biblioteca. Outra fonte mais antiga e loquaz, a *Carta de Aristeas*, embora importante a vários títulos, é lastimavelmente apócrifa. O que sabemos, pois, da biblioteca, da sua localização, da dimensão dos seus fundos e do seu desaparecimento é, na verdade, escasso. Pode contudo afirmar-se que a Biblioteca dos Ptolomeus não foi nem uma biblioteca pública nem o protótipo das catedrais do saber que são as nossas salas de leitura, esse legado dos edifícios do barroco que levaram Voltaire a exclamar que “*Une grande bibliothèque a cela de bon, qu'elle effraye celui qui la regarde*”. Ela é sobretudo um assunto de Estado, que assegura o seu funcionamento, define a sua missão e as condições do acesso, biblioteca no sentido grego de “depósito de livros”, sem público, disponível

para uma elite de eruditos e de homens de letras (*philologo*) que a habitavam e animavam, que nela trabalhavam e discorriam e que eram, até certo ponto, “propriedade” do rei, a crer em Estrabão (*Geografia* 17.1.8). Questão de Estado ainda porque, como refere Christian Jacob, é a expressão de uma vontade simbólica de poder, em que Alexandria, novo centro do mundo, afirma o seu domínio, apropriando-se dos traços escritos por todos os povos, em todas as línguas, traduzindo-as para o grego, ou seja, importando-os e aculturando-os no espaço linguístico, cultural e mental do helenismo. Para isso se sustentou, pela primeira vez, um empreendimento filológico que almejava a correcta fixação dos textos, o recenseamento das obras e sua organização em grandes categorias (os famosos *Pinakes* de Calímaco, que não constituem um catálogo no sentido estrito, mas que são a um tempo guia bibliográfico, instrumento de orientação, classificação topográfica e ferramenta para a pesquisa filológica). Aí se afirma um modelo de trabalho em que o recurso às fontes escritas é primordial, possibilitando uma extensa panóplia de actividades de estudo e investigação.

O carácter exemplar da Biblioteca de Alexandria advém da decisão voluntarista, política e intelectual, de reunir num mesmo lugar todos os livros da Terra, presentes ou passados, gregos ou bárbaros. Ao serviço da ideia do helenismo, a biblioteca torna-se universal e um objecto até então impensável. Alexandria transmite à posteridade uma imagem desse conceito, a ideia da biblioteca como uma simbólica da acumulação, tomada pela vertigem do saber universal e da exaustividade, numa busca a bem dizer infinita. Por isso, como refere O'Donnell, a Biblioteca de Alexandria paira como uma quimera de poder e mistério no horizonte da nossa cultura. A tal ponto assim é que as fontes (significativas, mesmo se exageradas) mostram que cerca de um século depois e muito para além da influência estrita da cultura grega, a Biblioteca se tinha tornado um símbolo da universalidade do trabalho intelectual e da colecção de textos escritos. Símbolo ainda quando provoca reacções adversas. Séneca, no quadro das suas posições contra a riqueza e o excesso, faz um juízo severo da abundância alexandrina, que vai considerar um luxo literário, pior ainda, ostentatório, servindo não como objecto de estudo mas como ornamento da sala de refeições (alusão ao *oikos* do Mouseion). Em suma, o exemplo privilegiado da *studiosa luxuria* (*De tranquillitate animi* IX, 5).

A HERANÇA DE ALEXANDRIA

Quando, no início do século XVII, Justus Lipsius escreve *De bibliothecis syntagma*, procurando estabelecer o ideal irénico de uma biblioteca concebida como lugar

de pesquisa, é na arqueologia institucional das bibliotecas greco-romanas que encontra o modelo de referência para os mecenas, bibliotecários e estudiosos seus contemporâneos. A sua reflexão vai passar ainda por um “diálogo” com Sêneca, cujas *Obras* aliás tinha editado e prefaciado, em que defende não só a biblioteca antiga mas também o seu equivalente da Renascença tardia. O seu postulado essencial, que partilhava com a cultura erudita do seu tempo, era que se podia imitar os antigos (quer de um ponto de vista filológico quer prático) de um modo tanto mais profícuo quanto se imitassem os seus métodos de trabalho e, em particular, de leitura. Alexandria é crucial neste debate, uma *Alexandria rediviva*, como lhe chama Paul Nelles. A biblioteca é para Lipsius um lugar para a prática da erudição, um lugar “poli-sectário”, propício à reunião de toda a sorte de filósofos, sem ligações a uma escola particular ou a uma corrente específica, acentuando desse modo a finalidade profissional e estudiosa de Alexandria que era, assim, a “recompensa dos eruditos” (*praemium eruditus*). Esta concepção, como aliás a do jesuíta Claude Clément no seu *Musei sive bibliothecae... libri IV* (1635), contribui decisivamente para o ideal da biblioteca pública que virá a surgir no final do século XVIII, ao entender as funções da biblioteca, a contra-corrente do modelo dominante da biblioteca eclesiástica e do vasto oceano da historiografia de motivação religiosa, como *locus* da investigação histórica e filosófica, sem objectivos pedagógicos e sem orientação confessional.

Mas a tradição alexandrina e, naturalmente, as suas fábulas, irão permanecer bem vivas. Quando Alain Resnais, em 1956, realiza um documentário sobre a Bibliothèque Nationale da Rue de Richelieu, chama-lhe, com naturalidade, *Toute la mémoire du monde*. No filme de Resnais, o livro transforma-se em “personagem” de uma fantasia milenar e a biblioteca num dédalo, a memória humana. De igual modo, em 14 de Julho de 1988, François Mitterrand anuncia a construção “da maior e da mais moderna biblioteca do mundo”, devendo “cobrir todos os campos do conhecimento, estar à disposição de todos, utilizar as tecnologias mais modernas...” É difícil não reconhecer nesta *Lettre de Mission* a persistência do sonho de uma biblioteca infinita e almejando a universalidade do saber, Alexandria ainda. A institucionalmente denominada *Bibliothèque Nationale de France*, é também conhecida como *Bibliothèque Mitterrand* ou *Très Grande Bibliothèque*, da mesma forma que, segundo Uwe Jochum, a Biblioteca de Alexandria era conhecida como a “Biblioteca do Rei” ou a “Grande Biblioteca” (*megalê bibliothekê*). Afinal, mais de dois mil anos depois, o ideal do rei Ptolomeu persistia ainda no presidente Mitterrand, e a “Grande Biblioteca” na “Muito Grande Biblioteca”.

A BIBLIOTECA DE BABEL

Por tudo isto, a “biblioteca” é não só um lugar, mas também uma instituição, um projecto, uma manifestação de poder e, naturalmente, um conceito assombrado pelo mito. E a outra grande matriz desse imaginário, a Biblioteca de Babel, teria que ser, inevitavelmente, literária e não-histórica, transformando-se, de um modo consistente e refinado, na mais mítica das bibliotecas fictícias. O conto de Jorge Luis Borges vai levar à desmesura a *hubris* da demanda do conhecimento total, esse sonho de uma biblioteca universal e infinita que aqui se confunde com o próprio universo: “*El universo (que otros llaman la Biblioteca) se compone de un número indefinido, y tal vez infinito, de galerías hexagonales...*” A Biblioteca, que existe *ab aeterno*, tem como imediato corolário a “*eternidad futura del mundo*”. Os seus fundos baseiam-se no princípio de plenitude, ou seja, basta que um livro seja possível para que tenha existência. Desse modo, a biblioteca é total e as suas estantes acolhem tudo o que pode ser expresso em qualquer idioma. O oceano dos conhecimentos equivale pois à infinitude das possibilidades de escrita e de enunciação. A Biblioteca de Babel é a biblioteca de todas as bibliotecas, de todas as possíveis variações e combinatórias linguísticas. Quando se proclamou que a Biblioteca continha todos os livros possíveis, portanto todos os livros existentes, a primeira impressão foi de “extravagante felicidade”, e os “*hombres de la Biblioteca*” sentiram-se senhores de um tesouro intacto e secreto. Mas à esperança exaltante sucede, sem surpresa, o horror depressivo: a consciência de que a Biblioteca possuiria, algures, livros preciosos mas inacessíveis. Esta revelação de uma desordem labiríntica, da natureza informe e caótica de quase todos os livros (eles próprios meros labirintos de letras), “*pareció casi intolerable*”. A Biblioteca de Babel acaba então por ser um pesadelo monstruoso e insano, o exemplo daquilo a que Jeffrey Garrett chama “biblioteca Moloch”.

A Biblioteca de Alexandria partilha com a Biblioteca de Babel uma nova relação com o tempo, no sentido de um tempo de procura dos livros, da sua acumulação progressiva que visa criar uma memória total, abolindo a distância do passado para propor, num mesmo lugar de conservação, todos os escritos humanos, todos as dimensões do pensamento, do conhecimento e da imaginação. Mas também porque essa relação com o tempo cria um lugar único, “fora do tempo”, em que todo o saber se funda num saber precedente, herança que a biblioteca capitaliza e permite expandir. A acumulação dos livros, refere Jacob, faz recuar as fronteiras do tempo e do espaço, e assim se difunde o estatuto de imobilidade da biblioteca,

à margem do tempo que passa, esse estatuto de permanência e ligação, de memória e transmissão. Imóvel como a Biblioteca de Babel na visão de Borges, Biblioteca que perdurará “*iluminada, solitaria, infinita, perfectamente inmóvil, armada de volúmenes preciosos, inútil, incorruptible, secreta*”.

Michel Foucault refere que as bibliotecas (como aliás os museus) são “heterotopias”, próprias da cultura ocidental e que pertencem à nossa modernidade, fundadas na ideia de “tudo acumular”, de constituir uma espécie de arquivo geral, na vontade de guardar num único lugar “todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a ideia de constituir um lugar de todos os tempos exterior ao tempo, no projecto de organizar uma acumulação perpétua e indefinida num lugar imóvel...”. E, na verdade, até há não muito tempo, a *Bibliothèque Nationale* na Rue de Richelieu era entendida pelos seus leitores como o modelo arquetípico de refúgio e da memória, do elo entre vivos e mortos. Por isso, podemos ouvir o narrador no filme de Resnais, essa voz assombrosa de Jacques Dumèsnil, a recitar o texto de Rémo Forlani: “Num breve instante, o novo livro torna-se parte de uma memória universal, abstracta, indiferente, em que todos os livros se equivalem e desfrutam em conjunto de uma atenção tão afectuosamente reservada como aquela que Deus dispensa ao Homem”.

A ACUMULAÇÃO DO SABER E A ANGÚSTIA DA PERDA

Esta relação com o tempo, esta paixão pela acumulação, é indissociável da angústia da perda. Por isso, Alexandria é também o momento mítico e seminal da fragilidade dos grandes arquivos do saber, da biblioteca como pesadelo da destruição, como obsessão do irremediável, como interrupção brutal da transmissão: a iminência do incêndio, da ruína, do esquecimento, da morte. Luciano Canfora escreveu que, considerada no seu conjunto, a história das bibliotecas da Antiguidade não é mais do que uma série de fundações, refundações e de catástrofes. Destruições, pilhagens, incêndios atingem repetidamente as grandes coleções de livros. Um fio invisível liga entre si todos os esforços da civilização helenística-romana para salvar os seus livros, esforços múltiplos e em geral ineficazes. Como sintetiza com elegância Jean-Marie Goulemot, através da conservação dos livros que se multiplicam infinitamente, manifesta-se a angústia surda do tempo que corre e que destrói, o medo da desorientação numa torrente de letras e palavras, a obsessão do inventário, a fragilidade paradoxal enfim, de esta acumulação sempre ameaçada pela ignorância, pela violência, pela história, pelo tempo e pela barbárie dos homens.

Se, por um lado, o antigo fascínio que esse desaparecimento das bibliotecas paradoxalmente suscita, advém em parte do esmagador espectáculo das chamas, sendo o fogo já referido em Galeno como a causa mais frequente da destruição de livros, por outro, a sua fragilidade está intimamente ligada ao carácter simbólico das bibliotecas que, é certo, podem servir como colecção e repositório de conhecimento, mas que são igualmente um espaço de autoridade e de confrontos. Nessa medida, a biblioteca pode constituir o emblema da preservação de uma linguagem e de uma literatura nacionais, o centro de memória e de observância religiosa ou o depósito real de uma evocação patriótica ou sectária. E, nacional ou particular, uma colecção pode induzir o reavivar de recordações concretas ou emergir como instrumento político ou religioso, que tanto pode servir de ponto de união como de ponto de mira. A violência contra as bibliotecas, se imediatamente notória em situações de agressão, pilhagem ou destruição deliberada, pode exercer-se com não menor eficácia através da interdição de autores ou da eliminação de certas obras. Borges descreve uma seita de Purificadores que, perante a desordem de Babel, pensaram que o primordial era eliminar as obras inúteis: “*Invadían los hexágonos, (...) hojeaban con fastidio un volumen y condenaban anaqueles enteros: a su furor higiénico, ascético, se debe la insensata pérdida de millones de libros.*”

Por seu lado, de um modo seguramente mais controverso, José Ortega y Gasset, em 1934 (cerca de um ano depois de, em Berlim, organizações de estudantes nazis e tropas SA terem saqueado desde as bibliotecas públicas à biblioteca da Universidade de Humboldt e queimado os livros que, segundo Goebbels, eram “*un-German*”, na Opernplatz), num discurso proferido em Paris no Congresso Internacional de Bibliotecários, afirmava que “*hay ya demasiados libros*”, que “*muchos de ellos son inútiles o estúpidos, constituyendo su presencia y conservación un lastre más para la humanidad (...). Pero a la vez acaece que en toda disciplina se echan de menos con frecuencia ciertos libros cuyo defecto traba la marcha de la investigación. (...) La sobra y el defecto de libros proceden de lo mismo: que la producción se efectúa sin régimen, abandonada casi totalmente a su espontáneo azarque*”. Mais ainda, “*hoy se lee demasiado: la comodidad de poder recibir con poco o ningún esfuerzo innumerables ideas almacenadas en los libros y periódicos va acostumbrando el hombre, ha acostumbrado ya el hombre medio a no pensar por su cuenta...*”. A esse propósito, lembra que Ernst Junger tinha já afirmado que era lastimável “ter-se chegado a este momento da nossa história sem uma quantidade suficiente de analfabetos!”, e acrescenta que “*me diréis que esto es una exageración. Pero no nos hagamos ilusiones: una exageración es siempre la exageración de algo que no lo es*”. Face a esta situação, o “bibliotecário do futuro”

“habrá de ejercer la policía sobre el libro y hacerse domador del libro enfurecido”, deverá guiar os leitores através da selva *selvaggia* de livros sem fim, determinando quais as obras que merecem ser publicadas – “*Me parece que ha llegado la hora de organizar colectivamente la producción del libro*” –, transformando-se assim em “*médicos y higienistas de sus lecturas*.” Estas posições de Ortega foram consideradas de modo diverso e mesmo antagónico pela comunidade dos bibliotecários. Se Lester Asheim considera a sua visão uma antecipação quase profética da missão do bibliotecário como um filtro entre o indivíduo e a crescente massa de livros, competindo-lhe fornecer os meios para a selecção, do conjunto global da informação, daquela parcela que corresponde às suas necessidades, a fim de evitar a *information overload* e entropia, Sosa e Harris rejeitam pura e simplesmente a definição orteguiana da missão do bibliotecário como autoritária e elitista, implicando “uma contradição essencial na filosofia do serviço de uma biblioteca”, pois lhe atribuiu ao mesmo tempo o papel de “zelador neutral” e de “tutor cultural”. É caso para ter presente as sábias palavras Melot: “*à ceux qui regrettent qu’il existe tant de mauvais livres, il faut rappeler que s’il n’en existait que de bons, le livre serait sans doute l’outil le plus redoutable de l’asservissement des esprits*”.

Utilizando a surpreendente terminologia de Ortega, é certo que, na história, o que não tem faltado são “higienistas do espírito”, mas não consta que exercessem como bibliotecários. “Higienistas do espírito” eram, certamente, os Khmers vermelhos que, após a tomada do poder no Camboja, se dedicaram à destruição sistemática de todos os vestígios da cultura “corrompida”, saqueando e queimando a grande maioria dos livros e todos os arquivos bibliográficos da Biblioteca Nacional de Phnom Penh, em cujo pórtico se pode ler ainda hoje, com amarga ironia, a proclamação de que “*La force lie un temps, l’idée enchaîne pour toujours*”.

Mas também em tempos de paz e de prosperidade bibliotecas têm sido arruinadas e, na maior parte dos casos, de modo assaz tranquilo. Têm-se negligenciado diferentes tipos de perda, têm-se encontrado as argumentações mais diversas para justificar a destruição e a dispersão das bibliotecas ou para as deixar inactivas e definhadas. James Raven, propõe que se distinga entre a “perda súbita”, a “perda errática” e a “perda evocativa”. Certos livros continuam de facto a existir mas estão “perdidos” por serem inacessíveis. Ao invés, algumas colecções estão perdidas fisicamente mas sobrevivem na memória, memória que, como a própria biblioteca perdida, se configura de modos diversos em função de diferentes interesses e sempre passível de propaganda e de perversão.

NOVOS USOS DO TERMO “BIBLIOTECA”

Com o desaparecimento de Alexandria parecia de algum modo arredada a utopia de acumular num local toda a memória do mundo, pois, como sublinha Jacob, as clivagens temporais entre antigos e modernos, as fronteiras disciplinares, a discriminação das fontes, acabam por introduzir a selectividade, o esquecimento e a perda como condições do progresso, do pensamento e do saber. Uma das lições de Alexandria seria assim que as políticas de controlo da acumulação infinita, as tentativas para resumir, condensar, estruturar a memória e reforçar a sua visibilidade são elas mesmas origem de selecção e esquecimento. Perante a dificuldade crescente de os leitores acederem aos livros, vai tentar condensar-se uma biblioteca num tratado, num livro dos livros, numa ordenação do mundo do escrito, em que a acumulação é regida pela divisão do saber subordinada a uma razão classificadora. Passa-se assim da biblioteca ao livro-biblioteca, da grande biblioteca com milhares de livros ao livro único que resume essa biblioteca. Surgem desse modo histórias ou mitografias universais como a *Bibliotheke* do Pseudo-Apolodoro ou a *Bibliotheca historia* de Diodoro de Sicília, ou seja, o exaustivo e o universal, a terra inteira e a sua história numa única obra. Sete séculos mais tarde, a *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha é vista como um compêndio de todo o conhecimento relevante, baseado no círculo romano das artes liberais e incluindo ainda informação sobre geografia, navegação ou alimentação.

É nessa linha que Richard Yeo afirma que, na tradição ocidental, persistiu sempre a convicção de que era possível e benéfico agregar qualquer conhecimento susceptível de representar um todo mais largo e completo. Esse ideal é representado por um trabalho que sumariza e organiza o conhecimento contido numa multiplicidade de livros. Trata-se de um legado da Idade Média e que reflecte uma visão do mundo como espelho do espírito divino. Os compêndios medievais pretendiam incluir o conhecimento mais valioso, o que se considerava conter verdades sobre os dois Livros de Deus, a Bíblia e a Natureza. Não por acaso, a mais famosa dessas obras chamou-se justamente *Speculum Maius*, completada por Vincent de Beauvais por volta de 1250. Mas já no século anterior, pensadores como São Boaventura ou Hugo de St. Victor defendiam que a procura do conhecimento do mundo natural era parte vital da tentativa humana de se “re-unir” a Deus. Após a Reforma, este tema passou a estar firmemente ligado à investigação empírica e científica, como sucede em Francis Bacon, que transformou a busca do conhecimento natural em prolegómeno da redenção espiritual. Neste contexto, essas sumas eram uma salvaguarda contra uma nova perda do conhecimento, recuperado a duras penas

desde o pecado original. A visão que Diderot vai ter da *Encyclopédie* não será senão uma versão secular destas noções.

Gabriel Naudé, em 1627, no seu *Advis pour dresser une Bibliothèque*, tinha já assinalado o mérito destas recolhas, que vão ser profusamente publicadas a partir de finais do século XVII por toda a sorte de livreiros-editores, em múltiplos volumes que, num determinado género, reúnem um significativo número de obras já existentes. O *Dictionnaire* de Furetière designa-as ainda como “bibliotecas”, pois biblioteca seria também “uma recolha, uma compilação de várias obras da mesma natureza, ou de autores que compilaram tudo o que se pode dizer sobre um mesmo assunto”, sentido que seria retomado no *Dictionnaire de l'Académie française* de 1694. Estas “bibliotecas”, que tentam alcançar, num dado domínio, o exaustivo e o universal, vão ter como contraponto essa outra exigência que atravessa o século XVIII, a produção de pequenos volumes, concisos e manuseáveis, “florilégios”, “resumos” ou “análises”. Sublinhe-se que, ainda que a prática do extracto seja comum aos dois géneros, a intenção não é idêntica. Não se trata já de acumular numa colecção única, seja ou não periódica, uma diversidade de obras separadas e dispersas mas, bem ao contrário, de eliminar, de separar, de reduzir, de modo a constituir uma “biblioteca portátil”.

Furetière propõe ainda uma terceira definição do termo biblioteca, que não é somente um lugar ou uma colecção, mas ainda “os livros que contêm os Catálogos dos livros das Bibliotecas”. Também Naudé considera a recolha e cópia dos catálogos de biblioteca uma obrigação: “*Il ne faut point obmettre et négliger de faire transcrire tous les Catalogues, non seulement des grandes et renommées Bibliothèques, soit qu'elles soient vieilles ou modernes, publiques ou particulières, et en la possession des nostres ou des estrangers: mais aussi des Estudes et Cabinets, qui pour n'estre connus ny hantez demeurent ensevelis dans un perpétuel silence.*” Estas “bibliotecas” podem ter por quadro um limite territorial, um país por exemplo, ou toda a humanidade, como no caso de Conrad Gesner que, em 1545, publica em Zurique a *Bibliotheca Universalis, sive Catalogus omnium scriptorum locupletissimus, in tribus linguis, Latina Graeca et hebraica*. Chartier considera Gesner um inovador, por fundar um novo uso do termo “biblioteca”, separando a palavra da sua definição material e investindo com o signo do universal essa “biblioteca sem paredes” que o livro vem assim propor.

As diferentes acepções atribuídas ao termo “biblioteca” manifestam com acuidade uma das tensões cruciais que agitaram as letras da modernidade. Uma biblioteca

universal (pelo menos na ordem do saber) não podia ser senão imaterial, “reduzida às dimensões de um catálogo, de uma nomenclatura, de um recenseamento.” Ao invés, qualquer biblioteca instalada num lugar próprio e constituída por obras bem reais, disponíveis para consulta e leitura, por mais rica que fosse, “apenas podia proporcionar uma imagem truncada da totalidade do saber acumulável”. O rápido crescimento do impresso, o triunfo das línguas vernaculares, o estilizar do tradicional círculo do conhecimento que se expande em inúmeros mundos de saber (cada um deles publicando copiosamente), as críticas de Bacon à filosofia escolástica com a conseqüente valorização de novos factos e observações e a necessidade da constante revisão das doutrinas, vão abalar qualquer esperança de uma biblioteca de todos os saberes, inclusiva e universal. Esta distância irredutível entre inventários, idealmente exaustivos, e colecções, necessariamente lacunares, foi vivida com uma intensa frustração.

O RENASCIMENTO DO SONHO: A BIBLIOTECA DIGITAL UNIVERSAL

Na segunda metade do século passado, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e a expansão da Web permitiu retomar, com reforçado vigor, o desejo exasperado de capturar, através de uma acumulação sem falhas, todos os textos escritos e todos os saberes constituídos. Entre 1962 e 1965, Theodor Nelson utiliza pela primeira vez o conceito de hipertexto e, em 1967, apresenta a ideia de um *software* que, numa primeira versão, constituiria um instrumento para o seu trabalho autoral, um sistema que permitiria revisões, comparações e alterações de textos através da observação e a análise de versões alternativas no mesmo ecrã, em janelas paralelas. Posteriormente, com o advento dos computadores em rede, Nelson introduzirá a distinção entre hiperlivros originais sobre determinado tópico, hiperlivros “antológicos”, ligando diferentes trabalhos e “grandes” sistemas, que integram “tudo o que se escreveu sobre um assunto ou com ele vagamente relacionado, ligados entre si e que se podem ler em todas as direcções”. Este projecto, que no fundo consistiria numa fonte centralizada de informação, vai chamar-se *Xanadu*, a partir do poema “Kubla Khan” de Coleridge. Segundo Nelson, a tradição associa ainda *Xanadu* à memória e ao trabalho perdido, extraviado, sendo a designação assumida com todas as suas conotações, representando o lugar mágico da memória literária e da liberdade, lugar onde nada é esquecido. Está assim encontrada uma outra versão desse imaginário de uma biblioteca total e que, curiosamente, não é nem histórica como Alexandria (até hoje não veio

a concretizar-se) nem ficcionada como Babel, pois a Internet e a World Wide Web virão a incorporar muitas das suas ideias. Na linguagem de Nelson, *Xanadu* pretendia ser uma biblioteca universal, um hipertexto global, e um fórum meritocrático de debate. Nelson conferia assim forma electrónica a um sonho acarinhado desde o final da Segunda Guerra Mundial por Vannevar Bush, que pretendia reproduzir em microfichas fotográficas todo o saber da humanidade, a fim de o tornar facilmente acessível aos investigadores. Também neste caso, a máquina idealizada para esse efeito, o Memex, nunca veio a ter existência. *Xanadu*, prossegue Nelson, ao colocar toda a informação ao alcance de qualquer pessoa, iria eliminar a ignorância científica e sanar desentendimentos políticos. E, no pressuposto que as catástrofes globais eram causadas pela ignorância, estupidéz e falhas de comunicação, *Xanadu* iria salvar o mundo.

Se com Borges o universo e a biblioteca coalesciam, agora o universo passa a ciberuniverso e a biblioteca passa a ser “virtual” ou “digital” e confunde-se com a Internet ou com a Web, ao mesmo tempo que meros motores de pesquisa são tomados por catálogos. E mesmo Chartier pôde pensar que a comunicação à distância de textos electrónicos tornava pensável, se não possível, a disponibilidade universal do património escrito, sonho renovado de Alexandria, no mesmo momento em que a biblioteca deixaria de ser o lugar de conservação e comunicação desse património digital. Biblioteca caracterizada mais uma vez como “biblioteca sem paredes” e mesmo sem localização, equivalente contemporânea daquela biblioteca imaterial, “reduzida às dimensões de um catálogo, de uma nomenclatura, de um recenseamento”, em que estariam idealmente presentes, sob forma digital, todos os livros da humanidade.

A proclamação de uma “biblioteca do futuro” não impede que o seu significado seja nebuloso e bem diverso de autor para autor. E o sucesso da ideia de biblioteca digital, que começa a difundir-se sensivelmente no mesmo momento em que a Web se consolida, em nada ajuda a clarificar a questão. Como refere Clifford Lynch, as bibliotecas digitais tornaram-se uma ideia – e uma expressão – popular em meados da década de 1990, particularmente devido ao lançamento do *digital libraries research program* da NSF. Contudo, o termo é um conceito confuso e mesmo contraditório, que levanta sérias questões sobre as relações entre bibliotecas enquanto organizações e serviços e os novos recursos digitais. Ainda mais complexo será articular as visões radicais do futuro da criação, gestão e organização da informação com origem na comunidade dos cientistas da computação e que “adoptam agressivamente as tecnologias mais avançadas, *grid computing*

ou *data-intensive science*”. A este respeito, Phil Agre lembra que essas comunidades constroem uma base de dados e chamam-lhe, com a maior tranquilidade, “uma biblioteca”. Ora, para Lynch, estas visões entram em colisão com a comunidade mais tradicional dos bibliotecários que, entre outros aspectos, “é responsável pelas enormes colecções físicas, particularmente cruciais para as humanidades” e que procuram agora articular as práticas estabelecidas e as novas exigências junto das comunidades que servem. Na verdade, independentemente das designações e *buzzwords*, é a sociedade que avaliará as bibliotecas digitais em termos da sua capacidade de se integrarem no universo institucional que as rodeia, sendo que por instituições Agre entende as categorias duradouras da sociedade: funções sociais, sistemas legais, formas linguísticas, *standards* técnicos e todos os outros componentes do campo em que se jogam as relações humanas. Ora, o mundo das bibliotecas tem uma identidade específica mas, ao mesmo tempo, articula-se com outros campos institucionais com que interage de um modo relativamente estável e estruturado. E esta é, para Agre, a tensão institucional central da biblioteca: a sua necessidade de manter práticas relativamente uniformes apesar da grande diversidade dos mundos sociais cujos membros deve servir. O facto de as bibliotecas sempre terem conseguido manter esse equilíbrio, não significa que não se transformem em função de novas realidades sociais, culturais e tecnológicas. E se têm tido uma estrutura modelada pela tradicional tecnologia do livro e do impresso, têm agora que enfrentar a multiplicação das fontes de informação, em particular electrónicas, e uma expansão sem precedentes do “universo bibliográfico”. Vivemos hoje uma situação em que a quantidade de informação potencialmente disponível cresceu sem controlo, ao passo que as tecnologias destinadas a recuperar essa informação se desenvolveram muito mais lentamente, o que significa que a informação acessível só em escassíssima parte se transforma em conhecimento utilizável.

Para fazer face a essa nova realidade, é necessário afastar algumas fantasias em torno da biblioteca digital que, para muitos, evoca a transformação da biblioteca tal como a conhecíamos numa forma electrónica imaterial e incorpórea. Assume-se que as bibliotecas digitais consistem inteiramente em conteúdo digital ou digitalizado e que todo o conteúdo de todos os recursos de informação estará em breve disponível em linha. Como refere Christine Borgman, isso releva de concepções erróneas sobre a natureza das tecnologias de comunicação, dos recursos e da organização da informação e, desde logo, da ideia que a informação sob forma digital irá suplantar e dispensar os recursos de informação noutras

formas. Mas revela ainda a convicção de que a informação que existe na Internet é um substituto adequado para as colecções e serviços das bibliotecas e que os catálogos de recursos de informação não têm valor se o conteúdo dos recursos não estiver disponível na totalidade em linha.

Esta concepção simplista de biblioteca virtual tem como pressuposto que as bibliotecas assumem, todas elas, uma forma ideal e perfis semelhantes, ignorando que a noção de biblioteca não é única e estável e se constrói a partir de diferentes variáveis e em diversas dimensões, e equivale a estabelecer uma identificação (espúria) de causalidade entre tecnologias e instituições. Como lembra Lorcan Dempsey, o que se passa é que estamos neste momento a assistir à emergência de “vários e enormes *hubs* gravitacionais e infra-estruturais de informação (Google, Amazon, Yahoo, iTunes ...), à racionalização do *workflow* e processo de integração em idioma de *Web services* e a novas possibilidades sociais e de serviços num mundo em rede cada vez mais plano”. As actividades desses *hubs* de informação deram nova força às profecias milenares sobre o arquivo ou biblioteca universal e à convicção do desaparecimento do livro tal como o conhecemos. Não admira assim que, num arroyo de entusiasmo, Isabel Aguilera, directora de Google Espanha, tenha declarado em Julho de 2006, que as “bibliotecas vão desaparecer” e que “Google se está a converter na nova biblioteca mundial”. Mais a sério foi levada uma alargada reflexão de Kevin Kelly, “*senior maverick*” da *Wired*, publicada dois meses antes no *New York Times*. Para Kelly, os diversos projectos de digitalização de livros estão a “reunir a biblioteca universal página a página”. Mas a sua visão é bem mais avantajada: “quando milhões de livros tiverem sido digitalizados e os seus textos disponibilizados numa única base de dados, a tecnologia de pesquisa permitir-nos-á encontrar e ler todos os livros alguma vez escritos. Idealmente, nessa biblioteca, seremos igualmente capazes de ler qualquer artigo de todas as revistas e jornais”. E por que razão parar aqui? “A biblioteca universal deve incluir uma cópia de todas as pinturas, fotografias, filmes e peças musicais produzidas por qualquer artista, do presente ou do passado” e integrar todas as emissões de rádio e televisão e mesmo todos os anúncios. E como esquecer a Web? “Naturalmente que a grande biblioteca necessita de uma cópia das milhares de milhões de páginas Web e das dezenas de milhões de *blogs* que já não se encontram em linha – literatura efémera do nosso tempo”. Em suma, “todas as obras da humanidade desde o momento em que se começou a documentar a história, em todas as linguagens, estarão disponíveis para todas as pessoas em qualquer momento”. Esta transformação de letras de tinta em pontos electrónicos é apenas

o primeiro passo para a criação da nova biblioteca, pois “*The real magic*” chegará com o segundo acto: “*as each word in each book is cross-linked, clustered, cited, extracted, indexed, analyzed, annotated, remixed, reassembled and woven deeper into the culture than ever before. In the new world of books, every bit informs another; every page reads all the other pages*”. Assim, esta “fonte planetária de todo o material escrito” está a alterar a natureza daquilo a que chamamos livro e das bibliotecas que os conservam: a biblioteca universal e os seus “livros” afastam-nos do paradigma do papel físico e, graças à “tecnologia dos motores de pesquisa”, vai levar-nos para o que Kelly chama o “*Eden of everything*”. Muito embora Kelly apele para a memória de Alexandria, esta visão está bem mais perto de Vannevar Bush e de Ted Nelson e da fonte centralizada de toda a informação ao alcance de todos. Nesta já longa história do mito, é caso para dizer que “ascendemos” de *Xanadu* ao Éden.

Como aponta Anthony Grafton, a Internet não vai trazer-nos a biblioteca universal e menos ainda o registo enciclopédico de todo o saber humano. Este frenesi de digitalizar os documentos escritos não é, para Grafton, mais do que um dos inúmeros momentos críticos na longa saga do nosso impulso para acumular, armazenar e recuperar informação de um modo eficiente. Daí não resultará a infotopia que os profetas anunciam, mas um elemento adicional no largo conjunto das novas ecologias da informação, em que leitores, escritores e produtores de conteúdo têm aprendido a sobreviver. A suposta biblioteca universal, conclui Grafton, não será assim uma unificada massa de livros facilmente “linkáveis” e de fácil acesso, mas um *patchwork* de interfaces e de bases de dados, alguns abertos a todos através de um computador ou WiFi, outros fechados a quem não disponha de acesso ou de meios financeiros. O verdadeiro desafio consiste, então, em cartografar as placas tectónicas de informação em entrelaçamento e aprender a navegar as novas paisagens que estão a ser criadas. Desse modo, por agora e no futuro previsível, qualquer leitor sério terá de saber como viajar em simultâneo pelas diferentes rotas que se lhe apresentam.

PARA NÃO CONCLUIR...

Muito embora só raramente se chegue ao ponto de predizer o fim da biblioteca tradicional, reserva-se-lhe com frequência o papel de mero arquivo ou depósito de colecções patrimoniais. Chartier considera que uma das tarefas essenciais das bibliotecas consistirá agora em coligar, proteger, recensear e disponibilizar os objectos escritos do passado, manuscritos ou impressos, transpostos para o universo digital.

Ora, como refere Melot, se a biblioteca era o lugar de recolha de todos os livros, é-o hoje de todos os *media*, e só na biblioteca se poderá colher o benefício da sua complementaridade em todos os seus registos. Na verdade, os diferentes *media* integram-se numa totalidade que é diferente do que a mera soma das suas partes e no interior da qual somos capazes de nos orientar. É nestes vastos conjuntos que encontramos hoje a razão mais significativa para a continuidade das bibliotecas, que não podem reduzir-se à acumulação sistemática mas à “escolha” e à “selecção”. Hoje, já não é propriamente a abundância que é preciso gerir mas “a infinidade dos saberes constantemente renovados e que convergem nos nossos papéis e nos nossos ecrãs”. Entrámos pois na era das Metalinguagens e as bibliotecas são agora, para além do mais, “conservatórios desses ‘meta-saberes’ que constituem não os saberes eles mesmos, mas os seus diferentes modos de organização e acesso”. Ora, Luciano Floridi chama a atenção para o facto de, a não haver uma nova cultura de selecção e instrumentos que nos ajudem a filtrar e refinar as nossas pesquisas, a Internet poderá tornar-se, não certamente numa biblioteca, mas num “monstro desconjuntado”, num universo dinâmico mas caótico, sem organização, uniformidade ou planeamento em que, nos termos de Chartier, o leitor corre o risco real de se perder em arquipélagos textuais sem farol e sem porto.

Encontramo-nos assim perante uma espécie de aporia, pois as vantagens da “biblioteca virtual” são também as suas desvantagens. Como sintetiza Chartier, vivemos a um tempo o êxtase de uma biblioteca universal e o temor de uma realidade incontrolável, livro sem fim, perigoso e aterrorizante. Como no “Livro de Areia” de Borges, “*el número de páginas de este libro es exactamente infinito. Ninguna es la primera; ninguna, la última.*”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRE, Philip E. – “Information and Institutional Change: The Case of Digital Libraries”. In *Digital library use. Social practice in design and evaluation*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2003. P. 219-239.

ASHEIM, Lester – “Ortega Revisited”. *The Library Quarterly*. 53:2 (1982) 215-226.

BAGNALL, Roger S. – “Alexandria: Library of Dreams”. In *Proceedings of the American Philosophical Society*, December 2002, vol. 146, n.º 4, p.348- 362.

BORGES, Jorge Luís – “La Biblioteca de Babel” [1941]. In *Obras Completas I*. Barcelona: Emeccé Editores, 1996. P. 465-471.

BORGMAN, Christine L. – “The global information infrastructure as a digital library”. *The Network Observer* [Em linha]. 2 (1995). [Consult. 12 Jan. 2008]. Disponível na Internet em: <<http://polaris.gseis.ucla.edu/pagere/tno/august-1995.html>>.

BUSH, Vannevar – «As We May Think». *Atlantic Monthly*. (1945) 101-108.

CANFORA, Luciano – *La biblioteca scomparsa*. Palermo: Sellerio Editore, 1986.

CANFORA, Luciano – “Les biliothèques anciennes et l’histoire des textes”. In *Le pouvoir des bibliothèques. La mémoire des livres en Occident*. Paris: Albin Michel, 1996. P. 261-272.

CASSON, Lionel – *Libraries in the Ancient World*. New Haven: Yale University Press, 2001.

CHARTIER, Roger – *Culture écrite et société. L’ordre des livres (XIVe-XVIIIe siècle)*. Paris: Albin Michel, 1996.

DEMPSEY, Lorcan – “The (Digital) Library Environment: Ten Years After”. *Ariadne* [Em linha]. Issue 46 (February 2006). [Consult. 16 Dez. 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue46/dempsey/#14#14>>.

FLORIDI, Luciano – “Frankenstein ou Pygmalion?”. *Horizons Philosophiques*. 6:2 (1996) 1-18. Disponível na Internet em: <<http://agora.qc.ca/textes/floridi.html>>.

FOUCAULT, Michel – “Des espaces autres” [1984]. In *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994. P. 752-762.

FURTADO, José Afonso – “As Bibliotecas Públicas, as suas Missões e os Novos Recursos de Informação”. *Liberpolis: Revista das bibliotecas públicas*. 2 (1999) 9-33.

FURTADO, José Afonso – “Bibliotecas na Era Digital”. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. 22:1 (Jan./Jun. 1998) 3-17.

GARRETT, Jeffrey – “The Legacy of the Baroque in Virtual Representations of Library Space”. *The Library Quarterly*. 74: 1 (January 2004) 42-62.

GOULEMOT, Jean-Marie – “Bibliothèques, encyclopédisme et angoisses de la perte: l’exhaustivité ambiguë des Lumières”. In *Le pouvoir des bibliothèques. La mémoire des livres en Occident*. Paris: Albin Michel, 1996. P. 285-298.

GRAFTON, Anthony – “Future Reading. Digitization and its discontents”. *The New Yorker* (November 2007). Disponível na Internet em: <http://www.newyorker.com/reporting/2007/11/05/071105fa_fact_grafton>.

JACOB, Christian – “Lire pour écrire; navigations alexandrines”. In *Le pouvoir des bibliothèques. La mémoire des livres en Occident*. Paris: Albin Michel, 1996. P. 47-83.

JOCHUM, Uwe – “The Alexandrian Library and its Aftermath”. *Library History*. 15 (1999) 5-12.

KELLY, Kevin – “Scan This Book!”. *The New York Times Supl. Magazine*, May 14, 2006. [Em linha]. <http://www.nytimes.com/2006/05/14/magazine/14publishing.html?_r=1&oref=slogin>.

LYNCH, Clifford – “Check out the New Library”. *Ubiquity* [Em linha]. Volume 4, Issue 23 (July 30-August 5, 2003). [Consult. 11 Jan. 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.acm.org/ubiquity/interviews/c_lync_1.html>.

MELOT, Michel – “La bibliothèque multimédia contemporaine”. In *Lieux de savoir*. Paris: Albin Michel, 2007. Vol. 1, p. 637-653.

MELOT, Michel – *Livre*. Paris: L’Oeil neuf éditions, 2006.

NELLES, Paul – “Juste Lipse et Alexandrie: les origines antiques de l’histoire des bibliothèques”. In *Le pouvoir des bibliothèques. La mémoire des livres en Occident*. Paris: Albin Michel, 1996. P. 224-242.

NELLES, Paul – “Books, Libraries and Learning from Bacon to the Enlightenment”. In *Cambridge History of Libraries in Britain and Ireland*. Cambridge: Cambridge University Press. 2006. Vol. 2, p. 23-35.

NELSON, Theodor H. – “Dream Machines: New Freedoms Through Computer Screens – A Minority Report”. Issued with *Computer Lib*. South Bend IN: The Distributors, 1978.

O’DONNELL, James J. – *Avatars of the word. From papyrus to cyberspace*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.

ORTEGA Y GASSET, José – *Misión del bibliotecario y otros ensayos afines*. [1935] Madrid: Revista de Occidente, 1962. P. 49-89.

RAVEN, James – “Introduction: The Resonances of Loss”. In *Lost Libraries: the Destruction of Great Book Collections since Antiquity*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2004. P. 1-40.

SACHOT, Maurice – *L’Invention du Christ. Genèse d’une religion*. Paris: Odile Jacob, 1998.

SOSA, Jorge F.; HARRIS, M. H. – “Jose Ortega y Gasset and the Role of the Librarian in Post-Industrial America.” *Libri*. 41:1 (1991) 3-21.

STEINER, George – *The Grammars of Creation*. London: Faber and Faber, 2001. (Tradução portuguesa: *Gramáticas da criação*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d’Água, 2002.)

VARRY, Dominique – “L’histoire des bibliothèques en France. État des lieux”. *Bulletin des Bibliothèques de France*. 2 (2005) 16-22.

YEO, Richard – *Encyclopaedic visions. Scientific dictionaries and Enlightenment culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.